

Nova Moratória - DL 107/2020, de 31 de dezembro (que altera o Decreto-Lei n.º 10-J/2020, de 26 de março)

PESSOAS COLETIVAS OU EQUIPARÁVEIS

PERGUNTAS E RESPOSTAS

1. Existe um novo período de adesão à Moratória?

Sim.

O Governo estabeleceu, através do DL n.º 107/2020, de 31 de dezembro, um novo período de adesão à Moratória, o qual se iniciou em 1 de janeiro de 2021.

2. Até quando pode aderir?

O prazo de adesão a esta nova Moratória termina em 31 de março de 2021.

3. Como pode aderir?

Para aderir à Moratória deverá apresentar até 31 de março de 2021, através do formulário disponível no site Bankinter - www.bankinter.pt ou contactando o seu Gestor, a declaração de adesão à Moratória e os documentos comprovativos da regularidade da sua situação tributária e contributiva, da existência de processo negocial de regularização do incumprimento ou do requerimento do pedido de regularização, nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 2.º do DL 10-J/2020.

4. Qual o prazo de resposta ao pedido de acesso à Moratória?

Após a receção da Declaração de Adesão à moratória e dos demais documentos comprovativos o Banco comunica:

- a) no prazo máximo de cinco dias úteis, a aplicação das medidas, com efeitos à data de entrega da declaração e dos documentos comprovativos;
- b) no prazo máximo de três dias úteis, caso não estejam reunidas as condições de acesso à Moratória, o Banco informará a Empresa da não aplicação das medidas.

5. Qual o prazo de duração das medidas de apoio previstas na Moratória?

Estas medidas aplicam-se por um prazo máximo de nove (9) meses a contar da respetiva data de adesão.

6. Quais as condições de acesso à moratória e quem pode aderir?

Podem aceder à Moratória os titulares de contratos de crédito celebrados até 26 de março de 2020 (inclusive) que preencham as seguintes condições cumulativas:

- a) Tenham domicílio ou sede em Portugal e que exerçam a sua atividade económica no país;
- b) Não estejam, a 1 de janeiro de 2021, em mora ou incumprimento de prestações pecuniárias há mais de 90 dias junto da instituição, ou, estando, não cumpram o critério de materialidade previsto no Aviso do Banco de Portugal n.º 2/2019 e no Regulamento (UE) 2018/1845 do BCE de 21 de Novembro de 2018, e não estejam em situação de insolvência, ou suspensão ou cessação de pagamentos, ou a ser objeto de execução judicial intentada por qualquer instituição junto das quais têm contratos de crédito;
- c) Relativamente à sua situação perante a Autoridade Tributária e Aduaneira e a Segurança Social, preencham uma das seguintes condições:
 - i. Tenham a situação regularizada na aceção, respetivamente, do Código de Procedimento e de Processo Tributário e do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social; ou
 - ii. Tenham uma situação irregular cuja dívida seja de montante inferior a 5000 euros; ou
 - iii. Tenham em curso processo negocial de regularização do incumprimento; ou
 - iv. Apresentem, até à data da comunicação da adesão, um pedido de regularização da situação de incumprimento.

7. O que significa "critério de materialidade" nas prestações em mora ou incumprimento há mais de 90 dias?

Nas condições de acesso está prevista como uma das condições para o acesso às medidas que:

As entidades beneficiárias não estejam, a 1 de janeiro de 2021:

- Em mora ou incumprimento de crédito há mais de 90 dias junto da instituição, com exceção do previsto no ponto seguinte ou, estando, nessa condição, não se encontre preenchido o critério da materialidade previsto (no Aviso do Banco de Portugal n.º 2/2019 e no Regulamento (UE) 2018/1845 do Banco Central Europeu, de 21 de novembro de 2018), e não estejam em situação de insolvência, de suspensão ou cessação de pagamentos, ou a ser objeto de execução judicial por parte de qualquer instituição junto das quais têm contratos de crédito.

Ou seja, não se encontrarem em mora ou incumprimento de prestações pecuniárias há mais de 90 dias ou, estando nessa condição, o valor destas não é superior a 1% do valor total do capital e dos juros vincendos, acrescidos do

capital e dos juros vencidos e não pagos, e não ultrapassar o montante de 100 euros - critério de materialidade previsto nas normas acima referidas.

8. Que operações de crédito a Empresas, estão abrangidas pela Moratória?

As empresas que reúnam os requisitos para o efeito podem aderir à Moratória até 31 de março de 2021 relativamente a operações de crédito que, a 1 de outubro de 2020, não beneficiavam das medidas de apoio, ou operações de crédito que tenham beneficiado das medidas por um período inferior a nove meses. Nestas situações, os contratos de crédito não poderão beneficiar das medidas por um período total superior a 9 meses.

Por exemplo, se na adesão inicial, o crédito beneficiou de uma Moratória entre 1 de abril e 31 de agosto de 2020 (5 meses), caso venha a aceder novamente à moratória, em 1 de fevereiro de 2021 apenas poderá beneficiar, ao abrigo deste regime, até 31 de maio de 2021, correspondendo, assim, a um total de nove (9) meses de Moratória.

9. Que medidas, no âmbito da Moratória, podem ser solicitadas?

Os contratos de crédito abrangidos pela Moratória, beneficiam de:

a) Suspensão por um período máximo de nove (9) meses a contar da data de adesão, nos seguintes termos:

i) até 31.03.2021 – Carência de capital e juros, com capitalização destes últimos;

ii) a partir de 01.04.2021 – Carência de capital, com pagamento de juros; ou

b) Suspensão (carência) de capital com pagamento de juros, pelo prazo de 9 (nove) meses contados do pedido de adesão.

Empresas dos setores mais afetados pela pandemia COVID-19

Caso a Empresa corresponda a uma Entidade Beneficiária cuja atividade principal está abrangida pela lista de códigos de atividade económica (CAE) constante em anexo e tenha optado pela suspensão (carência) de capital e juros beneficiará desta medida (carência de capital e juros) durante o período de vigência da moratória.

A Empresa dispõe ainda de uma extensão automática da maturidade dos seus créditos, pelo período de 12 (doze) meses, que acresce ao período em que esses créditos foram diferidos por efeitos do presente regime.

CAEs dos Sectores mais afetados pelo impacto económico da pandemia da doença COVID-19

CAE	Designação
45	Comércio, manutenção e reparação, de veículos automóveis e motociclos.
46492	Comércio por grosso de livros, revistas e jornais.
47610	Comércio a retalho de livros, em estabelecimentos especializados.
47620	Comércio a retalho de jornais, revistas e artigos de papelaria, em estabelecimentos especializados.
47630	Comércio a retalho de discos, CD, DVD, cassetes e similares, em estabelecimentos especializados.
491	Transporte interurbano de passageiros por caminho-de-ferro.
492	Transporte de mercadorias por caminho-de-ferro.
493	Outros transportes terrestres de passageiros.
494	Transportes rodoviários de mercadorias e atividades de mudanças.
50	Transportes por água.
51	Transportes aéreos.
55	Alojamento.
56	Restauração e similares.
581	Edição de livros, de jornais e de outras publicações.
59	Atividades cinematográficas, de vídeo, de produção de programas de televisão, de gravação de som e de edição de música.
60	Atividades de rádio e de televisão.
639	Outras atividades dos serviços de informação.
731	Publicidade.
74	Outras atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares.
771	Aluguer de veículos automóveis.
79	Agências de viagem, operadores turísticos, outros serviços de reservas e atividades relacionadas.
823	Organização de feiras, congressos e outros eventos similares.
85	Educação.
86	Atividades de saúde humana.
87	Atividades de apoio social com alojamento.
88	Atividades de apoio social sem alojamento.
90	Atividades de teatro, de música, de dança e outras atividades artísticas e literárias.
91	Atividades das bibliotecas, arquivos, museus e outras atividades culturais.
93	Atividades desportivas, de diversão e recreativas.
94991	Associações culturais e recreativas.
96	Outras atividades de serviços pessoais.

10. Pode ser solicitada a cessação da Moratória e retomar o pagamento dos contratos de crédito?

Sim.

O cliente pode pedir a redução ou a cessação dos efeitos das medidas de apoio da Moratória, a todo o tempo, bastando comunicar essa intenção ao Banco com uma antecedência mínima de 30 dias em relação à data pretendida para a produção de efeitos.